

O DESENVOLVIMENTO DA CRÍTICA SOCIAL NORTE-AMERICANA (1870-1920)

VAGNER LUÍS DA SILVAⁱ

Resumo: O artigo enfoca o contexto histórico norte-americano de fins do século XIX e princípios do XX, preocupando-se em apresentar a crise social decorrente da extraordinária dinâmica econômica do período e os discursos sociais que surgiram como interpretação desse novo quadro. Dá-se especial relevância ao movimento conhecido como Reformismo e aos ensaios teóricos que dele se desdobraram, auxiliando na definição das ciências sociais do país no que diz respeito aos temas, preocupações iniciais e demarcação das fronteiras disciplinares.

Palavras-chave: Reformismo, crise econômica, Estados Unidos.

Abstract: The article focuses the North American historical context of ends of the century XIX and beginnings of the XX, worrying in presenting the social crisis resulting from the extraordinary economical dynamics of the period and the social discourses that emerged as interpretation of that new picture. There is particular relevance to the movement known as Reformism and testing theoretical it unfolds, assisting in the definition of social sciences in the country with regard to issues, concerns, and initial demarcation of disciplinary boundaries.

Keywords: Reformism, economic crises, United States.

INTRODUÇÃO

A dinâmica estrutural da economia de um país sempre traz resultados inequívocos para a harmonia do conjunto social, como demonstra a catástrofe econômica dos EUA em tempos recentes. As condições de época e as incertezas originadas pelas demandas sociais parecem mobilizar os esforços intelectuais mais diversos, conseguindo projetar um sem número de posições, programas, temas ou movimentos políticos, nem sempre coerentes e articulados, mas sempre relevantes, como exemplificam ainda o *crash* de 29 e o keynesianismo dos incertos anos 30. A óbvia equação envolvendo dinâmica econômica e crise social não é particularmente nova no cenário norte-americano; tampouco não é nova uma produção teórica ancorada nos desdobramentos críticos de cada momento de infortúnio sócio-econômico. Outro momento da história do país merece ser notado, tanto pela bem sucedida dinâmica econômica quanto pela abrangente mobilização política, tanto pela emergência de graves questões sociais quanto pela abordagem acadêmica que a elas se deu.

Após a Guerra de Secessão (1861-65) o país se viu envolvido por problemas que também reportavam aos termos da crítica equação que escassamente anotamos aqui. Os sobressaltos

vividos pela história norte-americana no período que vai dos 1870, momento da consolidação nacional após a guerra civil, aos anos 20 do século seguinte, são notoriamente característicos quando conjugadas suas causas essenciais. São elas a mobilização política em torno da idéia de reconstrução nacional, as espetaculares taxas de crescimento econômico, com robusta industrialização e ampliação dos campos de cultivo, aumento populacional tanto vegetativo quanto fruto de um surto imigratório sem paralelo com qualquer nação do globo, definição de um mercado acionário invejável, fundação de modernas e competitivas universidades, avessas à inclinação clerical das antigas instituições, e oferta de uma base tecnológica em sintonia com o parque industrial do país e com a nova disposição mercadológica no contexto da chamada 2ª Revolução Industrial¹. Tal cenário sem dúvida realçou o papel dos EUA no plano internacional, levando o país a abandonar certo isolamento diplomático no que diz respeito aos destinos políticos da Europa, posição consagrada, sobretudo, no contexto da 1ª Guerra.

¹ Sobre a industrialização norte-americana no século XIX, Killick (1996) e Sellers, May & McMillen (1990) concordam que as taxas de crescimento já eram notórias antes da Guerra de Secessão e que o conflito produziu uma asfixia produtiva que foi, no entanto, largamente compensada nas décadas posteriores.

A despeito, contudo, do fabuloso crescimento econômico, o pessimismo e a angústia talvez mais do que o otimismo podem ser aceitos como as atitudes que mais estiveram presentes na ambientação dos 1870 em diante, pelo menos para grossa fatia social. É que muito da confiança e da segurança que pareciam ter origem nos ótimos resultados econômicos esfacelaram-se frente aos problemas sociais de então. Problemas que se avolumavam na proporção do sucesso dos monopólios, dos grandes empreendimentos, do mercado de ações e da cada vez mais veemente política externa do governo norte-americano. A crise social, à sombra da dinâmica econômica da época, insuflava parcelas significativas da população, servindo de combustível para greves, manifestações, rebeliões localizadas ou mesmo insatisfação que se materializava no alcoolismo, no absentéismo e demais práticas sociais de alguma visibilidade e de inequívoco reflexo na harmonia do conjunto social.

As condições sociais produzidas naquele período inspiraram um movimento que tendia a questionar, em graus variados, as forças políticas e econômicas de então. Chamado de reformismo, a contestação não caminhava num sentido único, mas aglutinava um volume de propostas que marcou decisivamente a todos os que viveram nos Estados Unidos de fins do XIX e início do XX. As Ciências Sociais norte-americanas, bem como seus pais fundadores, fizeram-se sob a tutela direta ou indireta daquele movimento. Dando suporte ao reformismo ou questionando-o no intuito de desqualificá-lo, tanto a economia quanto a sociologia avançaram através de ensaios ou análises que em muito serviram para temperar o debate.

Assim, a preocupação desse artigo é esboçar uma sucinta apresentação da crise social que atingiu alguns setores da sociedade norte-americana, bem como a resposta que se seguiu cristalizada no movimento reformista. Destina-se a compreender tanto o rumo dos discursos sociais e políticos no país, quanto, de modo especial, o impacto que tal atmosfera produziu na teoria social daquele emblemático contexto.

OS PERCALÇOS DO REFORMISMO

As condições de um setor significativo da classe trabalhadora norte-americana, nas décadas finais do XIX, não ecoavam no mesmo tom que o desenvolvimento global da economia do país. Os índices positivos da industrialização seguiram num ritmo que, talvez por consequência de seu sucesso na exploração da mão-de-obra, não contaminaram setores volumosos do meio urbano. A maioria dos cidadãos não se encontrava plenamente incluída na sociedade de consumo que se queria edificar. O fim do século parecia mais seduzir pelas possibilidades

imaginadas pelo esforço industrial do que efetivamente conduzia para a integração econômica das classes trabalhadoras. É certo que a sedução mercadológica do consumo de massa já dava sinais no horizonte, mas para efeitos imediatos a passagem do século guardava doses de desespero àqueles que viviam marginalizados pelo processo produtivo.

Sintomático da dinâmica econômica de época, a formação de monopólios e oligopólios nos Estados Unidos resultou em efeitos catastróficos no que diz respeito à distribuição de benefícios sociais. A eliminação da pequena concorrência pelos novos conglomerados que surgiam das fusões de grandes empreendimentos virou prática rotineira daqueles tempos. As novas estruturas de produção e comércio procuravam aprimorar a capacidade de competição das firmas, fosse pela aglutinação administrativa ou pela reunião de ativos financeiros, processo que, iniciado no mercado de ações, acelerou-se entre os anos 1880 e 1905 (Robertson, 1967, p. 424)². A concentração dos processos administrativos de grandes segmentos produtivos consolidou estratégias mais eficazes no controle da mão-de-obra. Em muitos casos, nas negociações conduzidas com o grande capital, os trabalhadores ficaram em posição desvantajosa para a conquista de benefícios sociais.

O que se via era a transição de uma América em que o empreendedorismo aventureiro estava sendo substituído pelo grande empreendimento. As promessas do republicanismo, que contaminara a sociedade civil do país na aurora dos 1800, e o crescimento econômico da segunda metade do século, no entanto, não estavam se cumprindo (Nevins & Commager, 1996, p. 336). Os antigos proprietários-gerentes cederam espaço para os administradores profissionais, contratados pelas grandes corporações para maximizar as possibilidades de lucro. Se antes as preocupações com os negócios e com o destino dos trabalhadores estreitavam as relações sociais entre patrões e empregados, com a administração formal os laços de identidade com a classe trabalhadora corroíam-se rapidamente (Robertson, 1967, p. 457). Os empregados não tinham mais acesso ao proprietário para alcançar suas demandas salariais e demais benefícios. O indivíduo, frente ao grande negócio, esgotava pouco a pouco sua capacidade de negociação.

A nova situação de poder econômico que se formava permitiu que sindicatos organizados e combativos tomassem para si o controle das demandas trabalhistas, com relativa exclusividade,

² Segundo Sellers, May & McMillen, de 1888 a 1905 as grandes corporações, fruto em grande medida das fusões do período, representavam 40% do capital industrial total do país, formando 328 conglomerados produtivos (1990, p. 219).

mas não necessariamente com plenas conquistas. Logo, não significou a alteração das condições sociais dos empregados. Os diálogos em torno da diminuição da jornada de trabalho, do controle governamental dos trustes e do aumento salarial não promoveram ganhos importantes pelos menos até a 1ª Guerra. A violência freqüentemente pautava a negociação das empresas com os sindicatos: “Entre 1860 e 1920 os sindicatos atuaram num clima político e social de quase inacreditável hostilidade” (Robertson, 1967, p. 458). Os próprios sindicatos sentiram a dificuldade de arregimentar os trabalhadores para a confrontação com o capital, tanto pela perseguição promovida pelas empresas àqueles que insistiam na sindicalização, quanto pelas promessas sedutoras da aquisição desmesurada que a produção em larga escala inspirava. O sucesso dos grandes negócios já iludia pelo marketing ostensivo, entorpecendo com a imagem da integração mercadológica e do consumo massificado; os contornos do *american way of life* já se antecipavam no horizonte.

Nessas condições históricas os trabalhadores norte-americanos pareciam se mobilizar, de modo genérico, não pela contestação frontal e sistemática àquele estado de coisas. Antes, queriam ampliar a sua participação nas vantagens promovidas pelo processo produtivo; em muitos sentidos as esperanças de partilhar do mercado conduziam-nos mais à união do que as motivações de natureza ideológica (Rémond, 1989, p. 75). Afinal, a arquitetura da livre iniciativa e o sucesso dos empreendimentos privados eram tanto mais atraentes quanto maior a visibilidade dos negócios.

Essa curiosa situação chamou a atenção do economista-sociólogo Thorstein Veblen, contemporâneo desses eventos, para a compreensão do consumo conspicuo e para o mimetismo dos setores sociais menos dotados financeiramente, inspirados pelos padrões de vida daqueles mais providos de recursos. Para o autor, a “classe ociosa”, na sua clássica terminologia, situada no topo da estrutura social em matéria de comportamento, impôs seu modo de vida e seus padrões de valor, proporcionando à comunidade as normas da “boa reputação”. A observância das regras sociais e a sublimação do universo social burguês tornaram-se “incumbência de todas as classes inferiores da escala”, e a inevitável consequência foi a disposição dos “membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta, acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal” (Veblen, 1965, p. 87-8).

Frente ao grande empreendimento, a pauperização da classe trabalhadora rapidamente atingiu o universo familiar, tornando mulheres e

crianças as vítimas preferenciais das doenças e da fome. A situação empurrava-as para o mercado de trabalho³. O número de filhos, sobretudo entre imigrantes, parecia ser a solução óbvia e eficaz para a ampliação dos ganhos da família operária.

O alcoolismo tornou-se, nos grandes centros urbanos, um problema central para muitas das famílias da época. Junto dele vinham a desagregação dos lares da periferia, o aumento da criminalidade, da delinqüência juvenil, da prostituição e a absoluta desesperança no futuro imediato. Habilmente capitaneado pela pregação clerical, sublimando o moralismo puritano de épocas pretéritas, o discurso da repressão à venda e ao consumo de álcool tornou-se princípio norteador de muitas políticas públicas municipais no início dos 1900.

Apesar de disseminado entre os trabalhadores de modo geral, eram os imigrantes os mais vulneráveis ao alcoolismo. Encontravam-se marginalizados pela língua e pela condição social, reduzidos em bairros proletários insalubres e constantemente vítimas do racismo dos cidadãos já estabelecidos. Para as empresas os imigrantes constituíam um excedente de mão-de-obra razoável, permitindo a fixação dos níveis salariais em patamares mais lucrativos. Para os trabalhadores que já estavam no país a imigração contínua produziu um efeito colateral nocivo para os seus interesses, diminuindo seus ganhos imediatos.

Se a instabilidade social atingia as cidades, o ambiente rural não teve melhor sorte. Os que viviam da agricultura em muitas ocasiões ficaram à mercê de variações econômicas gravíssimas, ora produzidas pelo clima, ora pela especulação da terra, ora pela pressão dos compradores de matérias-primas, empresas de grande porte, sobretudo. Não foi incomum que as oscilações no ganho com a terra tenham provocado, em determinadas regiões, a transferência da população dos ambientes rurais para o urbano⁴.

Partidos políticos como o populista, ligado aos pequenos e médios proprietários rurais, somados aos intelectuais e aos movimentos sindical e socialista, acabaram por abrir caminho para uma discussão mais contundente dos problemas que o país enfrentava na ocasião. Ganhava, assim, densidade um movimento que na história ficaria conhecido como reformista. É certo que as causas do movimento associavam-se à pobreza, à

³ Calcula-se que, por volta de 1900, havia pelo menos 1.700.000 menores de quinze anos empregados no país, 20.000 deles trabalhando em turno de 12 horas nas fábricas de tecidos dos estados do sul (Jeffreys-Jones, 1996, p. 217).

⁴ Em fins do XIX, Henry George já havia criticado a especulação da terra, no ensaio *Progress and Poverty* (1879). Juntamente com Edward Bellamy e seu livro, *Looking Backward* (1888), acabou servindo de referência para a crítica política dos setores agrários (Nevins & Commager, 1996, p. 327).

instabilidade social nas cidades e ao desprestígio dos pequenos e médios produtores rurais, mas deve-se levar em conta, nos Estados Unidos, o peso da liberdade para conduzir a crítica aos partidos hegemônicos, ao governo e ao capital. Assim, muito do reformismo refletia a prática de jornalistas, acadêmicos e políticos de menor projeção, que acabaram compondo seus projetos de poder com elementos da reforma. O movimento tinha suas raízes nos idos de 1890 e seu fôlego alcançou o final da 1ª Guerra; após 1920 muito do movimento dissolveu-se em vista da dinâmica da economia do país no pós-guerra (Jeffreys-Jones, 1996, p. 215-17).

As condições intelectuais em que as políticas públicas foram geradas, no período, aludiam a um liberalismo radical, respaldando a pouca disposição dos governos federal e estadual para interferir no que consideravam ser apenas situações de crise de conjuntura de curto prazo. O *laissez faire*, como discurso econômico predominante, pouco motivava os controladores do Estado para uma agenda de intervenção econômica, reconfortados na tradição política que os empurrava para o empresariado. Em muitos sentidos, o liberalismo da ocasião acomodava-se na teoria neoclássica, com o suporte particular da teoria marginalista.

Mas que características o movimento reformista possuía que nos permite captar a atmosfera do período? Em primeiro lugar, é preciso considerar o reformismo como um movimento de composição e fins diversos. Segundo Nevins & Commager, a reforma carecia de uma “filosofia congruente”, sendo “desordenada em seus objetivos e interesses, periodista e intensamente política”, a despeito da crença comum na tradicional democracia norte-americana e na natureza humana (1996, p. 338). Não havia uma plataforma institucionalizada que permitisse ao movimento apresentar-se de modo unívoco; a interpretação do período, que sugere alguma unidade, é posterior. Assim, compreende-se pelo menos um duplo estatuto no ímpeto mudancista da ocasião: combater o conservadorismo da porção social melhor situada nos Estados Unidos do período e, para os setores estabelecidos, combater o radicalismo desmesurado dos sindicatos e associações de classe.

Desse modo, inserem-se no reformismo as pretensões assistencialistas de reordenamento social presentes na classe média daquela fase, pouco afeita às agitações promovidas por sindicatos e trabalhadores. Muito de sua participação ficou diluída em programas partidários ou em organizações cristãs de auxílio, seduzida por propostas que giravam em torno da preservação da família e da proibição do álcool e dos jogos de azar. A inclinação cristã de alguns reformistas tinha

origem no “Evangelho Social”, discurso já presente nas igrejas protestantes em fins do XIX, cuja tônica apelava à consciência dos adeptos pelo engajamento na resolução dos problemas crônicos da época (Jeffreys-Jones, 1996, p. 219 e 244).

Contudo, não decorre daí que o reformismo implicasse majoritariamente numa aventura sagrada, pois o movimento foi em muitos sentidos secular, com a maioria dos grupos mantendo uma distância razoável de qualquer vocação religiosa (Nevins & Commager, 1996, p. 338). Considerando as duas primeiras décadas do século XX, com o movimento reformista visto estritamente sob a ótica dos projetos políticos, mais próximo portanto ao universo partidário, temos a “Era Progressista”. Presidentes como Theodore Roosevelt (1901-1909) e Woodrow Wilson (1913-1921) foram paladinos do progressismo. Empenharam-se tanto em reformas moderadas, procurando acalmar os ímpetos revolucionários dos grupos radicais, quanto na vigilância e controle dos monopólios que avançavam sobre a organização econômica norte-americana (Jeffreys-Jones, 1996, p. 245).⁵

Dada a popularidade de tais personagens outros políticos correram em se apresentar como porta-vozes do progressismo. Substrato de um certo idealismo liberal, as reformas políticas colocaram em evidência temas de inequívoco apelo popular, granjeando prestígio e votos àqueles que se propuseram a defendê-las. Com Roosevelt e Wilson à frente, implicaram, em larga escala, na reorganização das instâncias administrativas federais, temperadas com um componente econômico essencial: o controle dos grandes conglomerados financeiros (Rémond, 1989, p. 81).

A justiça, por sua vez, também viveu algumas transformações em sua prática, embora fossem de menor envergadura. Em retrospecto, a maioria das decisões judiciais conflitava com os interesses dos trabalhadores, pois historicamente mantiveram-se empenhadas no combate à livre associação sindical (Robertson, 1967, p. 480). No clima das reformas políticas, o judiciário arrefeceu sua inclinação patronal, tornando-se mais sensível às demandas trabalhistas, o que não significou, porém, um alinhamento irrestrito à causa e ao radicalismo das organizações de classe (Jeffreys-Jones, 1996, p. 244).

As pressões sobre os partidos políticos e o sistema judiciário ficavam, na maioria dos casos, por conta dos formadores de opinião: jornalistas, escritores, professores, entre outros. Através da imprensa, em particular periódicos e jornais classistas, esses profissionais denunciavam,

⁵ Prova disso são os esforços empreendidos por esses presidentes em aprovar uma lei anti-truste eficaz.

alertavam, mobilizavam e, muitas vezes, organizavam os cidadãos para a ruptura de práticas autoritárias.

O APRIMORAMENTO DA CRÍTICA SOCIAL

Para a esquerda da época, a avaliação do contexto nutria certa desconfiança, afinal o progressismo liberal, claramente lastreado no individualismo burguês, antes respaldava a concentração de riqueza e a organização em sociedades anônimas do que a eles se opunha. Em igual medida, o reformismo cristão, ancorado no protestantismo, era um esforço inútil para recolocar a ética do trabalho no centro das discussões, pois o “ócio se tornava cada vez mais um estilo de vida invejável” numa sociedade de consumo e de exaltação da riqueza (Diggins, 1983, p. 29).

Muitos intelectuais responderam aos dilemas impostos por essa dinâmica econômica. Em parte, por conta do reformismo, juntaram-se ou radicalizaram posições e permitiram que se delineasse com maior precisão o pensamento crítico norte-americano⁶. Nomes como Willian G. Sumner, Lester F. Ward, Albion W. Small, Edward A. Ross, John B. Clark, John Dewey, Willian James e Thorstein Veblen, militando na nascente sociologia, na já robusta economia ou na filosofia, em graus diversos inauguraram ou coroaram uma análise que se pretendia mais rigorosa e sistematizada (Eisenstadt & Curelaru, 2004, p. 21-22; Ross, 1997, p. 143). A influência européia foi expressiva para a geração de 1870 em diante, responsável por definir o campo de investigação das ciências sociais, delimitando com algum rigor as preocupações que deveriam recair sobre a ciência política, economia ou sociologia⁷.

O aperfeiçoamento das ciências sociais do país foi fruto desse contexto. Conforme Coser, a pesquisa social, diante das condições do momento, viu-se envolvida pela urgente necessidade de um estudo “sistemático, racional e empírico” dos grupos sociais, dentro da perspectiva de controle de um mundo instável (1980, p. 382). As rápidas mudanças originadas da dinâmica econômica, com expansão demográfica e urbana, a diluição do empreendedorismo e a ineficácia da democracia

representativa para resolver o quadro de crise social, impunham uma avaliação em novos níveis.

As ciências sociais tentaram responder a esse diálogo, em parte, como o restante dos norte-americanos, saudosas da época áurea da formação do caráter da sociedade civil do país, na primeira metade do XIX (Bottomore, 1970, p. 30). Sua vocação inicial atrelou-se ao reformismo da moda, mas, saliente-se, a ele não se resumiu. A força ideológica presente na tradição liberal, habilmente gestada no republicanismo norte-americano, colidiu com os anseios da classe média progressista e com a permanência diluída da ética protestante. O cenário produziu as condições atmosféricas ideais para que estudos e interpretações inovadoras pudessem ser testados.

Os trabalhos dessa geração focavam a instabilidade sócio-econômica daquela fase, bem como suas conseqüências nas demandas imediatas da sociedade. Alcoolismo, delinqüência, desemprego, entre outros, temas que se preocupavam com os problemas sociais crescentes em vista da dualidade urbanização/industrialização, formavam um dos quatro pontos emergenciais da pesquisa social norte-americana, conforme Hinkle & Hinkle (2004, p. 4). Os outros três pontos diziam respeito à origem rural e religiosa da maioria dos pensadores de então, alimentados pela crença moral no trabalho e na liberdade; à sensibilidade ao crescimento urbano, impactante para àqueles oriundos do meio-oeste do país; e ao peso do chamado Movimento da Ciência Social, que redundou na formação de associações acadêmicas como a *American Economic Association* (1884) e a *American Sociological Society* (1905) (2004, p. 3-4).

É bem verdade que se tais fatores estiveram presentes na intelectualidade norte-americana, também é lícito aceitar que seus escritos constituíssem-se numa crítica social, sutil ou explícita, à concentração financeira que deu visibilidade aos grandes impérios econômicos. Para alguns dos primeiros aventureiros das ciências sociais, imersos, na origem, em um universo rural e protestante, o que parecia desperdício e exaltação pessoal, típico das classes privilegiadas, causava certo desassossego e aludia ao descompromisso com as causas sociais ou políticas mais nobres. Partilhavam a antipatia às posições de honraria e aos mecanismos de poder que se estabelecem pelo status.

O liberalismo incidiu em variadas porções sobre a nascente sociologia do país. É possível que suas premissas econômicas tenham sido testadas em vista do reformismo mais radical, que propunha um papel central para o Estado. Contudo, a tradição do país de liberdade, democracia e representação, nos limites do liberalismo político, constituía-se numa

⁶ Nevins & Commager asseguram que as personalidades de destaque da época devem sua fama e seu reconhecimento a sua relação, estreita ou relativa, com o movimento da reforma (1996, p. 335).

⁷ Muito do impulso das ciências sociais norte-americanas fora dado com a formação de jovens que passaram pela Alemanha em fins do XIX. Entretanto, se o Velho Mundo encaminhou os pesquisadores na tradição intelectual de uma filosofia já estabelecida, ressalte-se que havia um forte “desejo de criar uma ciência social independente” daquela de orientação européia (Faris, 1956, p. 34).

inspiração implícita, mas sempre presente, na pesquisa social de então.

Em princípio, por um esforço de objetividade, o marco religioso protestante encontrava-se deslocado das preocupações científicas imediatas. Porém, é difícil averiguar a correlação exata entre a herança protestante, o intervencionismo reformista e a interpretação científica na aurora das ciências sociais norte-americanas⁸. A suposição de que o protestantismo desaguou no reformismo não é de todo estranha, considerando-se que a valoração moral que nele originou-se implicava na aceitação, em alguma medida, do assistencialismo. Rumando nessa trajetória, Griffen considerou que na reforma estava presente a “consciência sensível do protestantismo americano”, sustentando que o “idealismo americano era praticamente sinônimo do idealismo protestante e vice-versa” (1985, p. 189). Para esse autor, o fôlego do reformismo estava ligado ao potencial do discurso religioso: “a dissipação do apoio à reforma coincidiu com um evidente declínio da influência da religião e do lugar que ela ocupava na vida dos americanos de classe média urbana” (1985, p. 188).

Desse modo, é aceitável que a ética de orientação religiosa pudesse influenciar uma ciência social afeita à intervenção, lastreada na certeza de uma evolução melhorativa. Em favor dessa idéia, Lipset sugere, em rota alternativa à interpretação materialista, que dois valores cristalizaram-se historicamente para sustentar as instituições norte-americanas: igualdade e religião (1966, p. 121-22, 151). O igualitarismo esteve presente na crise do sistema colonial inglês, constituindo-se como motivação explícita da “revolta contra as tradições do Velho Mundo”, já a ética protestante fundamentava o “trabalho árduo e o bom êxito dos empreendimentos” (1966, p. 121).

Seguindo essa pista, não é difícil imaginar que às ciências sociais da ocasião se impôs um diálogo necessário entre suas perspectivas científicas e a tradição liberal, diálogo matizado com os vestígios do puritanismo religioso. O debate tanto dizia respeito à aceitação como à contestação de tais forças, desabonando a ética puritana do trabalho, do esforço e da poupança. Críticas nesse sentido tentaram abalar a confiança do norte-americano das classes médias na sociedade perfeita — aquela capaz de equacionar riqueza, liberdade, prestígio, consumo, democracia, etc⁹. Valores que, por obra

de forças históricas convenientes, ficaram situados em posição de equivalência, misturando princípios da nobre tradição política do Iluminismo com aqueles de mero cunho mercadológico.

É curioso notar, porém, que as pretensões do igualitarismo entre os norte-americanos, apresentada por Lipset, incorporam o consumo exibicionista como princípio natural na elaboração do status social. Às classes menos endinheiradas, a imitação das classes opulentas é aceita antes como legítima do que inapropriada, apesar de parecer um contra-senso se conjugada com a ética protestante¹⁰.

Outros componentes estiveram presentes na demarcação das ciências sociais dos Estados Unidos. A produção acadêmica da ocasião, sobretudo na sociologia, não deixou de contar com a influência, em doses alternadas, do evolucionismo spenceriano ou do positivismo comtiano¹¹. Isto explica o fato de que enquanto alguns sociólogos voltavam-se para a solução dos problemas sociais, outros se preocuparam em justificá-los. Uma “fé no progresso”, nos dizeres de Eisenstadt & Curelaru, e a “convicção de que a sociologia devia proporcionar os instrumentos para o entendimento dos processos sociais” implicavam num projeto de pesquisa com pretensões intervencionistas, cada vez mais distante do assistencialismo de orientação religiosa (2004, p. 22).

O produto dessa equação certamente redundou na dispersão de uma crença melhorativa dos processos sociais, tomando por princípio a noção de que havia um caminho natural e irremediável com destino ao progresso para todo o conjunto social (Hinkle & Hinkle, 2004, p. 13). A inspiração positivista procurava, assim, envolver as questões sociais nas premissas sólidas da ciência. O rigor explicativo, as possibilidades preditivas e a intervenção pareciam animar uma parcela importante dos pesquisadores na expectativa de garantir algum status científico para a análise social. O evolucionismo e a manipulação racional dos grupos humanos configuravam-se como princípios elementares de avaliação e aplicação de métodos de controle social. Entretanto, a sociologia, de modo particular, foi seletiva na aceitação das premissas de Spencer e Comte. Por conta do individualismo

nacional de 1965) e *The Theory of Business Enterprise* (1932), conseguem reunir robusta análise histórica, econômica e sociológica, construindo uma visão alternativa e original para a história dos Estados Unidos.

¹⁰ Lipset discute o pendore pelo consumo e a luta pelo status entre os norte-americanos do XIX, apontando que mesmo antes de Veblen a relação consumo/prestígio social já havia preocupado outros autores do país (1966, p. 134-5).

¹¹ Sintomático do peso da idéia de evolução nos estudos da sociedade é a dimensão alcançada por Herbert Spencer, à sua época, numa abordagem anterior ao próprio Darwin. Este momento da sociologia foi retratado no capítulo 5, “A história resolvida por leis – II”, do livro de Geoffrey Hawthorn (1982).

⁸ É provável que o vício teológico estivesse mais em Sumner do que em qualquer outro, dada sua inclinação clerical, porém não havia nele um desejo explícito de que o Estado interviesse nas questões sociais. A presença de Spencer em Sumner, nesse sentido, foi mais fecunda (Martindale, 1968, p. 193).

⁹ Thorstein Veblen é, de longe, o mais reconhecido dos intelectuais críticos do período em questão; suas obras do final do XIX e começo do XX, *Teoria da Classe Ociosa* (edição

liberal e da necessidade de intervenção numa sociedade em crise, o *laissez-faire* radical e o determinismo biológico do primeiro e a interpretação organicista e anti-individualista do segundo foram princípios rejeitados pela maioria dos investigadores sociais (Hinkle & Hinkle, 2004, p. 7)¹².

Se a influência da matriz positivista resultava, por coerência, na concordância de que leis naturais regiam as sociedades através da história, é preciso ponderar que não havia consenso entre os pesquisadores sobre a capacidade exata de averiguação de regularidades nos processos sociais. À tradição liberal, ornada com a racionalidade individual, opunha-se a natureza determinista da explicação de Spencer e Comte. Esforços para a conciliação dessas forças motivadoras conduziam às variações na aplicação de métodos dedutivos para a análise social¹³.

A disseminação do evolucionismo por todo o XIX e início do XX degenerou-se, na maior parte dos casos, em atitudes conservadoras quanto à expectativa de mudança social. Não sem frequência setores sociais elitistas imaginavam-se autorizados a promover mudanças para a sociedade, mas sem a sociedade. O aprimoramento dos grupos humanos, para aqueles que partilhavam dessa possibilidade, seria fruto de uma causalidade inevitável, compreendendo um padrão cumulativo de complexidade. A unilinearidade progressiva determinava o destino das sociedades, implicando na dificuldade de situar adequadamente tanto as mudanças sociais como a posição das sociedades no que diz respeito aos estágios de civilização. No primeiro caso a dinâmica social, em sua autonomia e pluralidade, deveria ser compreendida pela aquiescência de uma lei geral. No segundo, a análise social, simplificada proporcionalmente conforme interesses, podia ser distorcida facilmente pelos discursos etnocêntricos. Ademais, como sugeriu Eisenstadt, a imagem de que grandes fases de desenvolvimento eram prerrogativas de um estágio civilizacional acabava por incapacitar a compreensão dos processos dinâmicos das relações sociais, considerando os vários segmentos internos de uma mesma sociedade (1976, p. 18-19).

É provável que a economia tenha se contaminado menos com a perspectiva melhorativa e com a possibilidade de manipulação objetiva da sociedade nos quadros de distorção social. O

alinhamento dos economistas com as premissas de não intervenção, aceitas em maior proporção na área, conduzia os trabalhos acadêmicos para margens mais próximas dos interesses do grande capital.

É bem verdade que setores políticos mais à esquerda, como os sociais democratas, devidamente inspirados pela tradição europeia, no contexto do reformismo, estavam propensos a abandonar as velhas noções da economia liberal. Em fins do XIX, suas propostas caminhavam no sentido de transformar os princípios individualistas, orientados, sobretudo, pela propriedade privada, em conquistas coletivas em prol da harmonia social (Ross, 1997, p. 154). Instigaram o debate e só, pois não dispunham de maioria entre os intelectuais e tampouco foram assimilados como grupo político ou como alternativa viável para a economia norte-americana de então.

Eram os marginalistas, da economia neoclássica, que dominavam a cena acadêmica entre os economistas, seguidos em peso e influência pela interpretação econômica liberal clássica, com menos relevo por ser menos atual¹⁴. Ambas, na prática, pouco se dissociavam, sendo o marginalismo um prolongamento da tradição liberal, com os requintes técnicos da matemática e a pressuposição do valor marginal como base. A economia institucionalista ou evolucionária de Veblen ficava na terceira posição, influenciando economistas com inclinação para o socialismo ou para a crítica radical e orientando-se principalmente pelas soluções da história e da sociologia na condução da análise econômica. Inspirados por esses três modelos de investigação, os pesquisadores da área agrupavam-se para decantar suas idéias e influenciar o debate político do país, pelo menos até à crise de 1929 (Ross, 1997, p. 172).

Iniciado nos saberes da economia, Veblen moldou sua análise sociológica, segundo Coser, visando “solapar os pressupostos da economia clássica e neoclássica” que tanto dominavam a academia quanto eram parte da “estrutura cultural da livre empresa americana” (1980, p. 400). Muito da ciência social nos Estados Unidos, antes do término do XIX, não tinha definido adequadamente seu campo de investigação. Assim, não era incomum que aqueles que gradativamente se identificavam com a sociologia tivessem origem na ciência política, na economia ou na filosofia. Para o caso de Veblen, a oposição do autor aos cânones da tradição econômica em plena era reformista empurrou-o para a sociologia, ambiente em que a

¹² Sumner, como já dissemos, parece constituir notória exceção, dada sua receptividade ao *laissez-faire* radical de Spencer; a sociologia de Ward, por sua vez, sintonizou-se em muitos sentidos com as premissas comtianas (Hinkle & Hinkle, 2004, p. 7 e 11).

¹³ A compreensão de que leis menores do comportamento social podiam ser deduzidas de regras genericamente aceitáveis mobilizou muitas das discussões da sociologia norte-americana daquela fase (Hinkle & Hinkle, 2004, p. 10).

¹⁴ Segundo Ross, a economia marginal dominou absoluta os estudos econômicos nos Estados Unidos, entre 1890 e 1910 (1997, p. 173).

crítica social parecia mais fecunda¹⁵. Apesar de se vincular aos departamentos de economia, pelas universidades em que passou, e escrever para o círculo dos economistas, sua vocação crítica, seus textos e suas idéias estenderam-se com naturalidade para outros ambientes das ciências sociais, principalmente a sociologia.

Um fator significativo para a consolidação das ciências sociais no país deve ser ao menos mencionado. Com o término da Guerra Civil (1865) e até a primeira década do século XX, muitas universidades reorganizaram-se ou foram fundadas sob novas bases. A expansão do ensino superior deu um fôlego renovado ao universo acadêmico, abrindo-se para inovações e para a demarcação entre as disciplinas (Eisenstadt & Curelaru, 2004, p. 23). Além de estrutura departamental autônoma, incluindo a criação de departamentos de sociologia, as universidades institucionalizaram-se numa atmosfera de competição por quadros acadêmicos de renome — não sem a participação de doadores ligados aos grandes negócios¹⁶.

De todo modo, as novas condições acadêmicas permitiram que as ciências sociais se institucionalizassem, distanciando-se um pouco mais do clericalismo das primeiras universidades e formando gradativamente os campos de investigação das diversas disciplinas a elas ligadas. Em torno de algum consenso, podemos afirmar que essas condições levaram à consolidação da sociologia, mas também deram oportunidade para que a economia e a ciência política avançassem sem a tutela permanente da filosofia. Ao contrário do que ocorria na Europa, onde o vigor da história e da filosofia contribuiu para que as ciências sociais tomassem um rumo muito próprio, porém dotadas de incrível pluralidade, nos Estados Unidos o magnetismo das ciências naturais, talvez graças a Spencer e Comte, foi mais expressivo (Ross, 1997, p. 161).

Logo, as ciências sociais norte-americanas, diante da necessidade de romper institucionalmente com o protestantismo intrínseco das velhas universidades, encontraram nas novas estruturas do ensino superior do país as condições ideais para a

sua proliferação. Claro que este circuito fecha-se com a influência, em variadas dimensões, do darwinismo que impregnou quase tudo a sua volta — com o particularismo e o preconceito do darwinismo social, presente em alguns dos discursos científicos daquele momento.

Uma vez mais retomamos Coser, aqui para alcançar sua engenhosa observação de que não havia um único darwinismo entre os intelectuais do país. Partindo desse autor, é possível aceitar um darwinismo conservador e um darwinismo reformista. O primeiro construído como artifício para a glorificação dos “capitães da indústria” e suporte necessário para “um sistema econômico de *laissez-faire* sem controle” (1980, p. 387). O segundo ancorava-se na obra de Thomas Huxley, discípulo de Darwin, defensor da idéia de que, para além da evolução natural e sua sentença de que os mais aptos sobreviveriam na natureza, havia um nível ético alcançado pela humanidade no seu curso evolutivo. Nesse caso, a intervenção, como princípio ético para a correção das distorções sociais, não era incompatível com o evolucionismo, mas absolutamente bem-vinda e necessária para um desempenho global das sociedades (Coser, 1980, p. 387). Assim, o darwinismo reformista resumiu-se na justificativa ideal para a denúncia da crise social e como base para trabalhos que pudessem redundar em pressão sobre políticas públicas interventoras, não sem a perspectiva de uma harmonia social futura.

Muito dos cientistas sociais afeiçoaram-se ao darwinismo reformista, enquanto que o darwinismo conservador foi denunciado como um alinhamento às posições do grande capital. As ciências sociais em geral, aproximaram-se do primeiro — não por outra razão confundindo-se com o movimento reformista —, enquanto os economistas da tradição liberal ou os marginalistas ficaram com o não intervencionismo. Seja como for, é eloqüente nesse quadro histórico a inspiração, diluída em algum grau, que as ciências da natureza suscitaram no perfil das ciências sociais norte-americanas. O sucesso e o impacto do darwinismo, bem como as expectativas de subtrair alguma regularidade dos comportamentos sociais coletivos constituem prova disso. Por outro lado, como que por gravidade, os autores eram atraídos pelos discursos evolutivos em voga na ocasião. Evolucionismo que, disperso na atmosfera intelectual do XIX, incorporou um desenvolvimento unilinear para a humanidade, ocasionalmente corroborou posições etnocêntricas e deduziu, em seu princípio interventor, que os marginalizados do sistema deveriam ser salvos pela elite intelectual e pelos propósitos científicos de um poder tecnocrático.

¹⁵ O modelo de investigação vebleniano pouco tinha a ver com os desejos reformistas da ocasião. Certamente sua crítica não era normativa e nem tinha vocação alguma para projetos sociais; sua inclusão no movimento foi uma interpretação posterior feita pelos que se dedicam à história intelectual daquela fase. Não foi um partidário consciente das reformas, antes delas tomou parte como combativo crítico da economia especulativa; talvez por essa razão Diggins tenha afirmado que Veblen “foi para o capitalismo do século XIX o que Voltaire foi para o catolicismo do XVIII” (1983, p. 31).

¹⁶ Coser argumenta que o período foi extraordinariamente propício para o saber universitário no país, formando-se universidades de grandes proporções, começando pela Johns Hopkins (1876), seguida por Columbia, Michigan, Pensilvânia, Stanford e Chicago (1980, p. 385).

REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, T. B. *Críticos da Sociedade: o pensamento radical na América do Norte*. Tradução: José R. B. Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970.
- COSER, Lewis A. “Tendências americanas”. In: BOTTOMORE, T. & NISBET, R. *História da Análise Sociológica*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1980.
- DIGGINS, John P. *El Bardo del Salvajismo: Thorstein Veblen y la teoría social moderna*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica. 1983.
- EISENSTADT, Shmuel N. “Teorias de evolução e desenvolvimento político e social”. In: BAUMAN, Zygmunt e outros. *Sociologia*. Tradução: Maria da Graça L. Becskházy. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1976.
- EISENSTADT, Shmuel N. & CURELARU, Maria “O desenvolvimento da sociologia nos Estados Unidos”. In: EUFRÁSIO, Mario A. (trad. e org.). *O Surgimento da Sociologia Americana e a Formação da Escola de Chicago*. São Paulo: Departamento de Sociologia/FFLCH/USP. 2004.
- FARIS, Robert E. L. “La sociologia norteamericana”. In: GURVITCH, Georges & MOORE, Wilbert E. *Sociologia del Siglo XX*. Buenos Aires: El Ateneo Editorial. 1956.
- GRIFFEN, Clyde. “O Ethos progressista”. In: COBEN, Stanley & RATNER, Lorman. *O Desenvolvimento da Cultura Norte-Americana*. Tradução: Elcio Gomes. Rio de Janeiro: Editora Ânima. 1985
- HAWTHORN, Geoffrey. *Iluminismo e Desespero*. Tradução: Célia Maria Euvaldo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- HINKLE, Roscoe C. & HINKLE, Gisela J. “A fundação da sociologia norte-americana (1905-1918)”. In: EUFRÁSIO, Mario A. (trad. e org.). *O Surgimento da Sociologia Americana e a Formação da Escola de Chicago*. São Paulo: Departamento de Sociologia/FFLCH/USP. 2004.
- JEFFREYS-JONES, Rhodri “Las consecuencias sociales de la industrialización: el imperialismo y la primera guerra mundial, 1890-1920”. In: ADAMS, Willi P. (org.). *Los Estados Unidos de América*. Madri: Siglo XXI. 1996.
- KILLICK, John R. “La revolución industrial en los Estados Unidos”. In: ADAMS, Willi P. (org.). *Los Estados Unidos de América*. Madri: Siglo XXI. 1996.
- LIPSET, Seymour Martin (1966). *A Sociedade Americana: uma análise histórica comparada*. Tradução: Mário Salviano. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1996.
- MARTINDALE, Don *La Teoría Sociológica: naturaleza y escuelas*. Madri: Aguilar. 1968.
- NEVINS, Allan & COMMAGER, Henry S. *Breve Historia de los Estados Unidos*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica. 1996.
- RÉMOND, René. *História dos Estados Unidos*. Tradução: Marilda M. Monteiro. São Paulo: Martins Fontes. 1989.
- ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*. Tradução: J. L. Mello. Rio de Janeiro: Record. 1967.
- ROSS, Dorothy. *The Origins of American Social Science*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1997.
- SELLERS, Charles, MAY, Henry & MC’MILLEN, Neil R. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.
- VEBLEN, Thorstein Bunde. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução: Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1965.
- _____. *The Theory of Business Enterprise* (1ª edição: 1904). New York: Charles Scribner’s Sons. 1932.

¹ Formado em História (UNESP), mestre em Ciências Sociais (UFSCar) e doutor em Sociologia (USP); professor do Instituto Federal São Paulo (IFSP).